

RECURSO ESPECIAL Nº 1.850.192 - MG (2019/0350639-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : IBINEIAS WASHINGTON SANTOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO : WILSON TAVARES BASTOS - MG101899
RECORRIDO : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS : ALBERTO EUSTÁQUIO PINTO SOARES - MG028072
EULER DE MOURA SOARES FILHO - MG045429
RITA ALCYONE PINTO SOARES - MG056783
ANDRE LUIZ LIMA SOARES - MG101332
BAYARD PEIXOTO ALVIM - MG099283
THIAGO GUIMARÃES LEVINDO COELHO - MG125298

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por IBINEIAS WASHINGTON SANTOS DE OLIVEIRA, com fundamento nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fls. 300-310, e-STJ):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRESCRIÇÃO TRIENAL. REAPRECIAÇÃO - POSSIBILIDADE - FATO NOVO-. TERMO INICIAL. CIÊNCIA INEQUÍVOCA - PROVA PERICIAL TECNICA - Em tese, uma vez afastada, por decisão irrecorrida, a prejudicial de prescrição da pretensão autoral, descabida a pretensão de nova análise da mesma questão.

Todavia, exceção ocorre quando o suscitante traz fatos novos, hábeis a propiciar a reforma da decisão, situação admitida conforme se extrai do art. 505 do CPC.

Nos termos do artigo 206, § 3º, IX, do CC/02, o prazo prescricional para o ajuizamento de ação de cobrança de seguro DPVAT é de três anos, sendo que o termo inicial para contagem deste prazo é data da ciência inequívoca da incapacidade do segurado.

Em se tratando de ação de cobrança do seguro DPVAT, não é plausível que o autor não tenha ciência inequívoca de sua invalidez depois de decorrido um extenso lapso temporal entre o acidente e a propositura da ação, ou que somente a adquira após laudo realizado junto ao IML.

Nas razões do recurso especial (fls. 313-330, e-STJ), o recorrente aponta violação seguintes artigos:

(i) violação aos artigos 471, I, do CPC/1973 e 505 do CPC/2015, na medida em que não se trata, no caso, de relação continuativa;

(ii) ofensa e divergência jurisprudencial em relação ao artigo 507 do CPC/2015, pois a prescrição não constitui matéria de ordem pública;

(iii) interpretação divergente dos artigos 189 e 206, § 3º, IX, do CC/2002 e Súmula 278/STJ, relacionada ao momento da ciência inequívoca da invalidez;

(iv) afronta ao decidido no REsp 1388030/MG, na medida em que não se trata

de lesão notória;

Contrarrazões às fls. 377-386, e-STJ.

À fl. 423-424, e-STJ, o apelo foi admitido.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. No que toca à alegada ofensa aos artigos 505 e 507 do CPC/2015, não deve o recurso ser provido.

No caso em tela, verifica-se que o Tribunal local reapreciou a questão atinente à prescrição da pretensão autoral com fundamento na existência de fato novo, consistente na produção do laudo pericial de fls. 248-249, e-STJ (fls. 205-206, na numeração originária dos autos físicos), acostado aos autos após o julgamento proferido pelo STJ ocorrido em 19.09.2013 (fls. 201-202, e-STJ).

Nesse sentido (fl. 306, e-STJ):

Todavia, exceção ocorre quando aludidas questões restaram apreciadas no 1º grau e o suscitante não traz fatos novos, hábeis a propiciar a reforma da decisão, situação em que é de ser mantida inalterada, ex vi do disposto no artigo 505 do CPC, verbis:

(...)

Neste caso concreto, verifica-se que os argumentos alegados pela seguradora, ora Apelante, principalmente no que pertine ao termo inicial para a incidência da prescrição baseia-se no laudo pericial juntado às f. 205-206, fato que pertine adentrar ao novo exame da matéria, não havendo que se falar, portanto, em coisa julgada.

Por sua vez, em seu arrazoadado, o ora agravante, de modo genérico, limita-se a afirmar a inexistência de relação continuativa entre as partes, bem como a ausência de caráter público de controvérsias pertinentes à prescrição.

Constata-se, pois, que as razões invocadas pelo recorrente em seu apelo nobre estão dissociadas dos fundamentos de decidir invocados pelo Tribunal local, na medida em que não impugnaram a linha argumentativa utilizado para o julgamento improcedente da ação.

Diante de tal vício de fundamentação, de rigor a aplicação ao caso, por analogia, das Súmulas 283 e 284 do STF. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERIDA.

(...)

3. A insuficiência das razões recursais, dissociadas dos fundamentos da decisão recorrida, impõem o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1342501/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 31/05/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO ANTES DA CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 356/STF. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULAS 283 E 284/STF. INCLUSÃO DE PARTE NO POLO PASSIVO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A apresentação, no recurso especial, de razões dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido impõe o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia.

(...)

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 790.234/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 24/08/2018)

2. No que toca às demais questões suscitadas, suscitadas a título de dissídio jurisprudencial, não merece acolhida o apelo.

Verifica-se que, ao longo de seu arrazoado, a recorrente tão somente transcreve trechos do acórdão recorrido, bem como do paradigma invocado, sem realizar o devido cotejo analítico entre as particularidades do caso em tela e aquelas identificadas nos precedentes paradigmas invocados.

Assim, não demonstra, de modo inequívoco, que, a situações fáticas análogas, foram aplicados entendimentos jurídicos conflitantes.

Nesse cenário, tem-se que o apelo nobre não atende às exigências dispostas nos arts. 1.029, § 1º, do CPC e 255, §1º, do RISTJ, o que inviabiliza seu conhecimento. Precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. 1. DECISÃO QUE DEFERIU A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. VIOLAÇÃO DO ART. 831 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 3. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. 4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

3. A simples transcrição de ementas, trechos ou inteiro teor dos precedentes colacionados, sem o necessário cotejo analítico entre os casos confrontados, não viabiliza o conhecimento do recurso especial pelo dissídio, ante a inobservância dos requisitos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 654.042/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 22/05/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE COBRANÇA DE CLÁUSULA PENAL - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE RÉ.

(...)

3. É entendimento pacífico do STJ que a parte deve proceder ao cotejo analítico entre os julgados confrontados e transcrever trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 945.538/AL, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 20/11/2017)

Logo, inadmissível o acolhimento do recurso em relação à presente questão.

3. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator